

Aliados obstruem o orçamento

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA – Os deputados e senadores que integram a base aliada do governo estão obstruindo a votação do Orçamento da União para 2000. A obstrução está sendo feita porque não há dinheiro para atender a totalidade das emendas parlamentares e porque a Comissão Mista de Orçamento não deve conseguir votar até o fim do mês nem mesmo os relatórios setoriais. O governo está preocupado com o impasse. Seus articuladores no Congresso iniciaram um corpo-a-corpo para mostrar aos aliados que eles devem abdicar de suas emendas para garantir as propostas estratégicas contidas no programa Avança Brasil.

“Não há dinheiro para tudo. Nós queremos convencer os parlamentares de que suas emendas

devem estar de acordo com o Avança Brasil e que, se isto ocorrer, haverá menos problemas depois, na liberação dos recursos”, afirmou o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM).

Otimismo – O problema não é simples de ser contornado, mas o relator da comissão, deputado Carlos Melles (PFL-MG), está otimista. “Nós já fechamos as emendas individuais e arrumamos as receitas para as emendas coletivas. Vamos tentar votar os relatórios setoriais na comissão na próxima semana”, disse Melles.

Para garantir o atendimento das emendas individuais dos parlamentares – R\$ 880 milhões –, os relatores setoriais fizeram remanejamentos de R\$ 310 milhões na proposta original de investimentos da administração direta e avançaram sobre os recursos da reserva

de contingência – R\$ 500 milhões. O relator da comissão está agora trabalhando para garantir as emendas coletivas – de bancada, regionais e de comissões – e anunciou que fará um corte de R\$ 450 milhões nas despesas de custeio – de um total de R\$ 30 bilhões.

Inflação – Além disso, para aumentar os recursos disponíveis às emendas, o relator decidiu rever a previsão de inflação para o ano que vem contido na proposta do Orçamento. Com esta manobra, Meles garantiu mais R\$ 1,68 bilhão para atender as emendas coletivas. A proposta original do governo previa um IGP-DI (Índice Geral de Preços) de 6,07%. A comissão decidiu trabalhar com um IGP-DI de 9,46%. “A comissão está aprovando uma fantasia, porque se a receita cresce por causa de uma média de inflação maior, as despesas também au-

mentam, e esta variável não foi contemplada pelo relator”, criticou o deputado Alberto Goldman (PSDB-SP). O uso deste tipo de estratégia é que tem contribuído para o orçamento ter a imagem de ficção. Este ano, para atender as emendas parlamentares, a solução foi recalcular a inflação. No ano passado o Congresso promoveu cortes nos gastos com pessoal e no pagamento de precatórios e em 1998 a comissão considerou que as receitas estavam subestimadas. O resultado é que o orçamento acaba não sendo executado e as emendas dos parlamentares não são liberadas.

O atendimento de todas as emendas coletivas demandaria recursos de R\$ 21,2 bilhões. O relator geral disse que há recursos para atender apenas uma pequena parcela dessas emendas coletivas, R\$ 1,68 bilhão.